

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2020



Carrefour
banco 



Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	5
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas	6
Balanco Patrimonial Consolidado	10
Demonstração Consolidada do Resultado	12
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	13
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	15
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	16
1. Contexto operacional	16
2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas	16
3. Principais políticas contábeis	18
4. Caixa e equivalentes de caixa	20
5. Ativos financeiros ao custo amortizado	20
6. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
- Títulos e valores mobiliários	22
7. Imobilizado	22
8. Intangível	23
9. Passivos financeiros	23
10. Outros passivos	24
11. Provisões, contingências e obrigações legais	24
12. Patrimônio líquido	25
13. Receitas com juros e similares	28
14. Despesas de juros e similares	28
15. Receitas de prestação de serviços	28
16. Despesas de pessoal	28
17. Outras despesas administrativas	28
18. Despesas tributárias	28
19. Outras receitas (despesas) operacionais	28
20. Imposto de renda e contribuição social	29
21. Transações entre partes relacionadas	30
22. Benefícios a empregados	30
23. Valor justo dos ativos e passivos	30
24. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional	31
25. Outras informações	34
26. Informações suplementares	34
Relação dos Diretores	35

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco CSF S.A. (“Banco”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pela *Accountant Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Ativos Totais

Os ativos totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 12.633.925 (2019: R\$ 11.051.119).

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido totalizou, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 2.720.618 (2019: R\$ 2.468.850). O Banco encerrou o exercício com um lucro de R\$ 352.395 (2019: R\$ 643.366).

Governança Corporativa

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os Comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

- **Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do CRO (*Chief Risk Officer*), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.
- **Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.
- **Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Em 8 de fevereiro de 2019, o Banco teve deferido pela JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo, o Termo de Autenticação – Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, onde o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil “BRGAAP”, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.



GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, está estruturada à área de Riscos, responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no *site* www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

BANCO CSF MOBILIZADO PARA ENFRENTAR A COVID-19

Crédito & Cobrança

- Ações de aquisição: ajuste nas estratégias dos canais;
- Ações de manutenção: adaptação nas estratégias de linha de crédito;
- Ações de cobrança;
- Redução ou adiamento de despesas não essenciais.



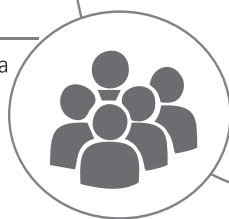
Clientes

- Direcionando clientes para acessar canais digitais;
- Educação financeira;
- Alívio da taxa de juros e prazos;
- Apoio ao microempreendedor através da divulgação gratuita no *site* Cartão Atacadão.



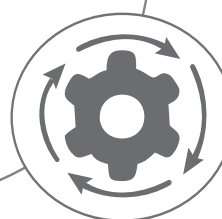
Liquidez & Capital

- Letra financeira com garantia de ativos de crédito;
- Captação de depósitos de longo prazo, reforçando o fluxo de caixa;
- Controle do índice de Basileia.



Pessoas & Operações

- Cuidando de nossos funcionários, clientes e parceiros;
- Fortalecimento das operações e atendimento ao cliente;
- *Home office* para funcionários e atendimento ao cliente;
- Ações para garantir a entrega de cartões, senhas e faturas;
- Descontos exclusivos para funcionários.



AGRADECIMENTOS

O Banco Carrefour agradece a todos os nossos clientes pela preferência e confiança, ainda mais em um ano tão difícil para a nossa sociedade e, aos nossos colaboradores, pela entrega e dedicação, que sem eles não conseguiríamos obter os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 9 de fevereiro de 2021



Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessorava o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e da administração de riscos; (ii) das atividades da auditoria interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao Item II do Artigo 13 da Resolução CMN nº 3.198/04, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria sofreu alterações em sua estrutura, que por sua vez, elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, restabelecendo a conformidade com a Resolução CMN nº 3.198/04. Desta forma, o Comitê passou a possuir 4 (quatro) membros aprovados pelo Banco Central do Brasil. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Banco Itaú S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além das áreas de Auditoria Interna (Coordenador do Comitê) e *Compliance* (Secretária do Comitê) do Banco.

O Banco Central do Brasil aprovou em dezembro de 2020, o novo membro deste Comitê:

- Laércio Schulze de Sousa (Diretor estatutário do Banco CSF S.A.)

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Carlos Eduardo Carvalho Mauad	Presidente / Membro
Roberto Sadami Ikegami	Membro
Laércio Schulze de Sousa	Membro
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se seis vezes no ano de 2020. As Demonstrações Financeiras relativas ao fechamento em dezembro de 2020 foram analisadas em reunião de 09/02/2021, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance*, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de auditoria interna, bem como acompanhamento dos efeitos da pandemia do COVID-19 no negócio e a revisão do modelo de provisão de crédito IFRS9.

Em conjunto com a auditoria externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/09.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país. Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no período fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes – realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.



KPMG Auditores Independentes
Rua Vergueiro, 3.111 - Vila Mariana
04101-300 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3736-1000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas do
Banco CSF S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisão para perda esperada

Ver notas explicativas 2.3.3 e 5.1 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O Banco CSF é um banco com foco principal em operações de crédito a pessoas físicas por meio do produto de cartões de crédito. Tais operações estão sujeitas ao risco de crédito dos clientes e, conseqüentemente, a Administração mensura esse risco por meio da Provisão para perda esperada.</p> <p>A mensuração da perda de crédito esperada é apurada com base no julgamento da Administração do Banco considerando estimativas e premissas baseadas nas perdas históricas e projeções.</p> <p>O modelo de mensuração das perdas de crédito esperadas desenvolvidos pelo Banco consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no IFRS 9, com base nas mudanças na qualidade do crédito, desde o seu reconhecimento inicial.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas pelo Banco ou mudanças nas condições econômicas gerais ou nos acordos financeiros com consumidores podem impactar significativamente o montante da provisão para perdas esperadas de operações de crédito.</p> <p>Devido à relevância de operações de crédito e ao grau de julgamento envolvido na determinação da provisão para perdas esperadas, que incluem a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no IFRS 9, consideramos esse tema um assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados à aprovação e registro das operações de crédito.– Com base em amostragem, recalculamos a provisão para perdas esperadas de operações de crédito elaborada com base na política estabelecida pelo Banco que inclui, entre outros aspectos, a classificação das operações nos estágios previstos no IFRS 9 a partir do seu reconhecimento inicial.– Com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, revisamos a razoabilidade do modelo de mensuração das perdas de créditos esperadas e dos critérios e dados utilizados para a classificação das operações nos estágios previstos no IFRS 9, assim como, a política preparada pelo Banco para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação dos saldos.– Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas em relação a suficiência de informações sobre a natureza das transações, a exposição ao risco de crédito e os valores provisionados pelo Banco. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que são aceitáveis os saldos de Provisão para perda esperada de operações de crédito e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



Balço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	495.148	4.523
Ativos financeiros		10.933.484	9.857.326
Ao custo amortizado		10.575.436	9.564.214
Operações de crédito	5.1	5.589.988	4.821.257
(-) Provisão para perda esperada	5.1	(3.238.797)	(2.224.048)
Outros Ativos Financeiros	5.1 e 5.2	8.646.223	7.446.378
(-) Provisão para perda esperada	5.1 e 5.2	(421.978)	(479.373)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	358.048	293.112
Títulos e valores mobiliários		358.048	293.112
Imobilizado	7	62.426	60.801
Intangível	8	767.989	799.693
Ativos fiscais		300.775	276.661
Correntes		6.850	4.262
Diferidos	20	293.925	272.399
Outros ativos		74.103	52.115
Total do Ativo		12.633.925	11.051.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Passivo	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros		6.993.397	5.949.497
Ao custo amortizado		6.993.397	5.949.497
Captações no mercado aberto	9.4	-	281.842
Depósitos	9.1,9.2 e 9.3	329.430	31.233
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.5	1.185.911	1.204.546
Outros passivos financeiros	9.6	5.478.056	4.431.876
Provisões	11	338.439	148.166
Passivos fiscais		560.559	622.974
Correntes	20.4	560.559	622.972
Diferidos		-	2
Outros passivos		2.020.912	1.861.632
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		59	2.806
Sociais e estatutárias	10.1	99.252	160.612
Outras obrigações fiscais	10.2	36.175	33.759
Outros passivos	10.3	1.885.426	1.664.455
Total do Passivo		9.913.307	8.582.269
Capital social integralizado	12	1.742.000	1.142.000
Reservas de capital	12.1	3.354	2.539
Reservas de lucros	12.2	977.829	1.324.686
Outros resultados abrangentes	12.3	(2.565)	(375)
Total do Patrimônio Líquido		2.720.618	2.468.850
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		12.633.925	11.051.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Demonstração Consolidada do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receitas de juros e similares	13	1.990.450	2.241.988
Despesas de juros e similares	14	(50.794)	(76.586)
Resultado líquido de juros		1.939.656	2.165.402
Provisão para perda esperada		(1.159.478)	(888.088)
Provisão para perda esperada	5.1.5	(957.354)	(904.172)
Provisão para perda esperada - compromissos de empréstimos	11.2.2	(202.124)	16.084
Reversões (despesas) de provisões de contingências	11.2.2	(6.322)	(7.316)
Receitas de prestação de serviços	15	1.245.976	1.128.935
Despesas de pessoal	16	(199.593)	(163.606)
Outras despesas administrativas	17	(879.723)	(850.449)
Despesas com depreciação e amortização	7 e 8	(89.994)	(87.519)
Despesas tributárias	18	(196.729)	(216.021)
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(68.128)	(101.117)
Resultado operacional		585.665	980.221
Outras receitas (despesas)		442	2.045
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social		586.107	982.266
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(253.224)	(356.973)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	19.512	18.073
Lucro líquido		352.395	643.366
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		352.395	643.366
Lucro por ação			
Quantidade de ações (mil)			
Ordinárias		1.114.671	903.404
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)			
Ordinárias		0,32	0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Lucro líquido	352.395	643.366
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado do exercício:		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(2.465)	8
Variação de valor justo	(4.482)	14
Efeito fiscal	2.017	(6)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado Do exercício:		
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	275	142
Total do Resultado Abrangente	350.205	643.516
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	350.205	643.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores						Total patrimônio líquido
		Capital social integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		
						Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.142.000	2.399	914.288	-	(10)	(515)	2.058.162
Lucro líquido		-	-	-	643.366	-	-	643.366
Destinações:								
Reserva legal	12.2	-	-	28.178	(28.178)	-	-	-
Reserva estatutária	12.2	-	-	454.576	(454.576)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	12.4	-	-	-	(160.612)	-	-	(160.612)
Pagamento baseado em instrumento de capital	12.1	-	140	-	-	-	-	140
Pagamento de dividendos adicionais	12.4	-	-	(72.356)	-	-	-	(72.356)
Ajuste ao valor justo - TVM	12.3	-	-	-	-	8	-	8
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	12.3	-	-	-	-	-	142	142
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.142.000	2.539	1.324.686	-	(2)	(373)	2.468.850
Mutação do período		-	140	410.398	-	8	142	410.688
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.142.000	2.539	1.324.686	-	(2)	(373)	2.468.850
Lucro líquido		-	-	-	352.395	-	-	352.395
Destinações:								
Reserva legal	12.2	-	-	17.412	(17.412)	-	-	-
Reserva estatutária	12.2	-	-	235.731	(235.731)	-	-	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	12.4	-	-	-	(99.252)	-	-	(99.252)
Aumento de capital - Incorporação de reservas	12	600.000	-	(600.000)	-	-	-	-
Pagamento baseado em instrumento de capital	12.1	-	815	-	-	-	-	815
Ajuste ao valor justo - TVM	12.3	-	-	-	-	(2.465)	-	(2.465)
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	12.3	-	-	-	-	-	275	275
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.354	977.829	-	(2.467)	(98)	2.720.618
Mutação do período		600.000	815	(346.857)	-	(2.465)	275	251.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		1.643.136	1.663.253
Lucro líquido		352.395	643.366
Ajustes ao lucro líquido:		1.290.741	1.019.887
Depreciações e amortizações	7 e 8	89.994	87.519
Perdas esperadas de ativos financeiros	5.1.5	957.354	904.172
Perdas esperadas de ativos financeiros - Compromissos de empréstimos	11.2.2	202.124	(16.084)
Provisão para ações cíveis, trabalhistas, fiscais e obrigações legais	11.2.2	6.322	7.316
Outras provisões		8.784	11.849
Imposto de renda e contribuição social a pagar		43.999	73.273
Atualização monetária de depósitos judiciais	19	(9.647)	(18.498)
Atualização monetária de impostos a compensar	19	(78)	(525)
Ativos e passivos fiscais diferidos	20.3	(19.513)	(18.072)
Apropriação de juros em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(12.278)	(17.925)
Juros não pagos de passivos financeiros ao custo amortizado		20.445	4.182
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	12.1	1.101	121
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	7	(211)	131
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		49	76
Juros sobre arrendamento		2.296	2.352
Variação de ativos e passivos		(929.059)	(1.487.521)
(Aumento) / Redução em ativos		(2.024.880)	(3.288.808)
Ativos financeiros a custo amortizado		(1.947.768)	(3.272.417)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(55.124)	(493)
Outros ativos		(21.988)	(15.898)
(Redução) / Aumento em passivos		1.095.821	1.801.287
Passivos financeiros a custo amortizado		1.058.853	1.711.186
Outros passivos		250.088	336.416
Realização de provisões cíveis e trabalhistas		(18.173)	(17.145)
Juros pagos de passivos financeiros a custo amortizado		(35.397)	(72.011)
Impostos pagos		(159.550)	(157.159)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		714.077	175.732
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	7	(16.340)	(16.623)
Alienação de imobilizado de uso	7	297	96
Aquisição de intangível	8	(43.661)	(33.973)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(59.704)	(50.500)
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	25.1	(160.612)	(180.890)
Amortização de juros - Contrato de arrendamento		(2.296)	(2.352)
Amortização de principal - Contrato de arrendamento		(840)	(803)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(163.748)	(184.045)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		490.625	(58.813)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.523	63.336
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	495.148	4.523
Disponibilidades	4	7.768	4.523
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	487.380	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco CSF S.A. (“Banco”), controlado pelo Atacadão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O Banco Central do Brasil concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour e Atacadão, com as bandeiras Visa e MasterCard.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% (cem por cento) do capital social.

Em 7 de maio de 2020, o Banco CSF S.A. recebeu a informação que os testes homologatórios para abertura da conta STR no Banco Central foram aprovados, conforme Circular BACEN nº 4.011/20, através do Correio nº 120036570. Em 14 de maio de 2020, o Banco recebeu a resposta do Banco Central, através do Correio nº 120039130, comunicando que o cadastramento da conta reserva no ambiente de produção (conta STR) seria em 22 de maio de 2020, com o início da operação em 25 de maio de 2020, data que efetivamente foi dado início às atividades operacionais da conta reserva do Banco CSF S.A.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Administração em 9 de fevereiro de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pela *Accountant Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado, a demonstração consolidada do resultado abrangente, a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Adicionalmente, a demonstração financeira individual foi elaborada localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, doravante denominados “BRGAAP”, e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Banco classifica suas despesas pelo critério de natureza.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. A Nota 4 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. A demonstração consolidada dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como, provisões, depreciações, amortizações e perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito. Os juros e dividendos recebidos e pagos são classificados como de atividades operacionais, de financiamento ou investimento nos fluxos de caixa de acordo com a natureza correspondente nos ativos e passivos.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas incluem várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

2.2.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Alterações a IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

Em maio de 2020, o IASB publicou uma alteração ao IFRS 16, adicionando expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de arrendamento.

O expediente prático é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- As mudanças resultam em contraprestações menores do que as anteriormente estabelecidas;
- Pagamentos originalmente devidos em, ou antes de, 30 de junho de 2021; e
- Não haja mudanças substanciais nos outros termos e condições de arrendamento.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Banco optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Alterações às Referências à Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*)

As principais alterações referem-se a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco.

Alterações a IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 trazendo o conceito de “ocultação” de informações materiais com informações imateriais como parte da nova definição. O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de “possível influência” para “possível influência razoável”.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência.

2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

Alterações a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

As alterações resumem-se em:

- Modificação de ativos e passivos financeiros: expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato.



Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Não há impactos previsto pelo Banco, na data da Demonstração Financeira Consolidada.

Alterações a IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 e IFRS 16 - Arrendamentos

As alterações resumem-se em:

- O IFRS 3 traz a inclusão da exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.
- As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, prevendo medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, esclarecendo que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na, ou após a data, em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez; IFRS 16 - Arrendamentos, excluindo o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis, de terceiros, sem data de vigência.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

Alterações a IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações a IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial. Elas esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação refere-se à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas utilizadas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3.2. Consolidação

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Banco está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. A entidade controlada é consolidada a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

2.3.3. Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, o Banco avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

O Banco considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O Ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual o Banco está exposto ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de *default* maior do que quatro vezes desde a concessão de crédito;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de renegociações, que utiliza 30 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pelo Banco para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários Macroeconômicos: Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições de mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

2.3.4. Modificação de ativos financeiros

Os fatores utilizados para determinar se houve alteração substancial do contrato são: modificação nos fluxos de caixa contratuais e extensão significativa do prazo da operação devido às dificuldades financeiras do devedor, alterações significativas na taxa de juros e mudança na moeda em que a operação é denominada.

2.3.5. Transferência de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando todos os riscos e benefícios de sua propriedade são transferidos.

2.3.6. Baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do Banco. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

2.3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos. Todos os ativos fiscais estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco CSF não possui créditos não ativados.

2.3.8. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

2.3.9. Provisões, contingências e obrigações legais

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas "Prováveis" são registradas na rubrica "Provisões".



Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

2.3.10. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e assim não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3. Principais políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Banco adquire controle) até a data em que o Banco deixa de exercer o controle sobre a controlada.

Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Banco é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Banco considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Banco.

Os resultados da controlada adquirida durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle.

No País	Moeda Funcional	Atividade	Participação % Consolidada
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	Real	Corretora de Seguros	100%

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor justo, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Instrumentos financeiros

Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banco passou a adotar o IFRS 9 que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros.

Dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios do Banco na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros, podendo ser: a custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR").

Sob IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Modelo de negócios: é determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa-se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos.

SPPI Test

O SPPI Test tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. O Banco avaliou o modelo de negócio dos seus ativos financeiros e não identificou instrumentos financeiros que se enquadram no conceito de valor justo por meio do resultado mencionado acima.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração.

O Banco classifica a hierarquia de valor justo, conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.



Perda de Crédito Esperada

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros.

A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior.

Estágio 1: o Banco classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o *default* resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

Estágio 2: se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default*; e

Estágio 3: perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Banco a risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. O Banco mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As exposições do Banco aos riscos e crédito estão divulgadas na nota 24.3.

3.5. Ativos e passivos

Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias.

3.6. Outros ativos

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação do cartão de crédito de emissão do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 7, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado por empresa especializada.

3.8. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 8, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.9. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (*Impairment*)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.10. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras consolidadas, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados na nota 9.

3.11. Provisões, contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o IAS 17, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis e trabalhistas:

- a) As ações cíveis com depósitos judiciais, para garantia da ação, e as com risco acima de R\$ 25 mil, são provisionadas na totalidade dos depósitos e do risco, registrados, contabilmente, para cada ação. A Administração do Banco entende que estes valores representam a melhor estimativa de perda.
- b) Para as demais ações cíveis ativas, é realizado expurgos das ações com risco baixo ou inexistente de desembolso, para as demais, o Banco adota a metodologia de média móvel, calculada, levando em consideração as perdas efetivas dos últimos doze meses e a quantidade de processos encerrados a favor do autor para o mesmo período. Assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.
- c) A constituição da provisão para processos trabalhistas leva em consideração o valor nominal envolvido de cada ação e a fase processual. Sobre esse valor é calculado um percentual de provisão que pode variar de 15% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra. Assim, os processos trabalhistas são agregados de acordo com a fase processual para mensuração da perda esperada.

Para os processos trabalhistas movidos por funcionários de empresas terceirizadas, a provisão é constituída somente quando envolver empresa terceira inativa e somente na fase recursal e de execução, observando os percentuais de 50% a 100%.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.12. Benefícios pós-emprego

O Banco participa do plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando refere-se a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tais como: o imposto sobre valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e benefícios pós-emprego. Posteriormente, estes itens são reconhecidos no resultado na realização do ganho/perda dos instrumentos.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica "Despesas tributárias".



As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício e contribuição social 15%, de janeiro de 2019 até fevereiro de 2020 e 20%, a partir de março de 2020, conforme PEC 06/2019. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

Aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2019, a PEC 06/2019 dispõe sobre a Previdência Social e outros assuntos, tratando inclusive da majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos (inciso I, do parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001), que passou a ser de 20%, a partir de sua entrada em vigor.

3.14. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.15. Receitas de contratos com clientes

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: o pronunciamento substitui o IAS 18 – Receita e o IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente.

3.16. Informações por segmentos

O IFRS 8 – Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivada do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho.

O Banco oferece aos seus clientes cartões de crédito “Carrefour” e, desde 2017, “Atacadão” que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. Tendo em vista que o Banco opera somente no segmento de Cartão de Crédito e a empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Eireli, a qual o Banco tem participação, possui um saldo imaterial no Consolidado, a Administração optou por não abrir a nota explicativa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	7.768	4.523
Aplicações interfinanceiras de liquidez	487.380	-
Total	495.148	4.523

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

5.1. Operações de crédito

5.1.1. Composição da carteira

Operações de crédito incluem a carteira em dia com incidência de juros (Crédito Pessoal, saque, parcelamento de fatura, compras parceladas com juros), a carteira inadimplente e a carteira em *default*. Outros ativos financeiros - Valores a receber relativos a Transações de Pagamento incluem a carteira em dia sem nenhuma incidência de juros; por isso, a menor concentração de risco e provisão.

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de crédito está composta como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	7.944.518	6.749.025
Empréstimos	5.589.988	4.821.257
Total de operações de crédito	13.534.506	11.570.282
(-) Provisão para perda esperada - Valores a receber relativos à transação de pagamento	(421.978)	(479.373)
(-) Provisão para perda esperada - Empréstimos	(3.238.797)	(2.224.048)
Total de provisão para perda esperada	(3.660.775)	(2.703.421)
Total de operações de crédito	9.873.731	8.866.861

Circulante 12.997.774 11.056.593
 Não Circulante 536.732 513.689

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros), nota explicativa nº 5.2.

5.1.2. Composição da carteira por estágios

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Total de operações de crédito	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Total de operações de crédito
Estágio 1	7.852.366	(366.667)	7.485.699	6.541.094	(371.988)	6.169.106
Estágio 2	1.911.967	(268.685)	1.643.282	2.329.950	(397.566)	1.932.384
Estágio 3	3.770.173	(3.025.423)	744.750	2.699.238	(1.933.867)	765.371
Total	13.534.506	(3.660.775)	9.873.731	11.570.282	(2.703.421)	8.866.861

O aumento do nível de provisão observado na carteira de crédito é consequência das atualizações nas metodologias de provisionamento e do crescimento natural de instrumentos financeiros em *default*, mantidos na carteira por sua expectativa significativa de recuperação, conforme demonstrado na nota nº 5.1.4.

5.1.3. Composição da carteira por vencimento

Prazos	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos		
Até 14 dias	103.889	116.442
15-90 dias	209.406	308.183
91-180 dias	239.068	386.136
Após 180 dias	3.251.130	2.087.382
Total vencidos	3.803.493	2.898.143
Prazos a vencer		
Até 90 dias	6.279.351	5.563.716
91-360 dias	2.914.930	2.595.117
Após 360 dias	536.732	513.306
Total a vencer	9.731.013	8.672.139
(-) Provisão para perda esperada	(3.660.775)	(2.703.421)
Total	9.873.731	8.866.861



5.1.4. Movimentação da carteira

Movimentação	31/12/2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.541.094	2.329.950	2.699.238	11.570.282
Transferências - Estágio 1 (i)	-	(49.910)	394.501	344.591
Transferências - Estágio 2 (i)	49.910	-	438.799	488.709
Transferências - Estágio 3 (i)	(394.501)	(438.799)	-	(833.300)
Aquisição	1.974.096	288.318	452.113	2.714.527
Liquidação	(318.233)	(217.592)	(214.478)	(750.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.852.366	1.911.967	3.770.173	13.534.506

(i) Transferência líquida entre Estágios.

O saldo da carteira do Estágio 1 apresenta aumento devido ao crescimento de faturamento, mesmo em meio a efeitos da pandemia, e melhora da inadimplência no segundo semestre, oriundas de benefícios e subsídios disponibilizados durante a crise pandêmica.

O movimento de transferência da carteira observado para o estágio 3 é decorrente de um crescimento natural de instrumentos financeiros em *default*, mantidos na carteira por sua expectativa significativa de recuperação, apesar da melhora de inadimplência mencionada acima.

Movimentação	31/12/2019			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.881.919	1.841.012	1.659.288	8.382.219
Transferências - Estágio 1 (i)	-	290.441	312.858	603.299
Transferências - Estágio 2 (i)	(290.441)	-	328.399	37.958
Transferências - Estágio 3 (i)	(312.858)	(328.399)	-	(641.257)
Aquisição	2.471.665	702.291	524.871	3.698.827
Liquidação	(209.191)	(175.395)	(126.178)	(510.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.541.094	2.329.950	2.699.238	11.570.282

(i) Transferência líquida entre Estágios.

5.1.5. Movimentação da provisão para perda esperada

Movimentação	31/12/2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(371.988)	(397.566)	(1.933.867)	(2.703.421)
Transferências - Estágio 1 (i)	-	8.516	(282.651)	(274.135)
Transferências - Estágio 2 (i)	(8.516)	-	(314.389)	(322.905)
Transferências - Estágio 3 (i)	282.651	314.389	-	597.040
Constituição	(352.849)	(259.022)	(460.892)	(1.072.763)
Reversão	14.860	31.830	172.130	218.820
Mudanças nos modelos / parâmetros de risco	69.175	33.168	(205.754)	(103.411)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(366.667)	(268.685)	(3.025.423)	(3.660.775)

(i) Transferência líquida entre Estágios.

Movimentação	31/12/2019			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(325.982)	(327.271)	(1.145.996)	(1.799.249)
Transferências - Estágio 1 (i)	-	15.311	(27.389)	(12.078)
Transferências - Estágio 2 (i)	(15.311)	-	(35.155)	(50.466)
Transferências - Estágio 3 (i)	27.389	35.155	-	62.544
Constituição	(101.114)	(181.445)	(746.796)	(1.029.355)
Reversão	53.297	24.325	80.197	157.819
Mudanças nos modelos / parâmetros de risco	(10.267)	36.359	(58.728)	(32.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(371.988)	(397.566)	(1.933.867)	(2.703.421)

(i) Transferência líquida entre Estágios.

5.2. Outros ativos financeiros

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a receber	16.580	-	16.580	14.427	-	14.427
Valores a receber relativos à transação de pagamento (nota 5.1) (i)	7.716.821	227.697	7.944.518	6.535.462	213.563	6.749.025
(-) Provisão para perda esperada - valores a receber relativos à transação de pagamento (nota 5.1)	(411.835)	(10.143)	(421.978)	(465.752)	(13.621)	(479.373)
Diversos:	158.827	526.298	685.125	216.692	466.234	682.926
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 21)	93.371	-	93.371	114.928	-	114.928
Devedores por depósitos em garantia (ii)	-	526.298	526.298	-	466.234	466.234
Devedores diversos no país (iii)	61.509	-	61.509	98.394	-	98.394
Impostos a compensar	3.049	-	3.049	2.761	-	2.761
Outros valores a receber	898	-	898	609	-	609
Total	7.480.393	743.852	8.224.245	6.300.829	666.176	6.967.005

(i) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

(ii) Referem-se, substancialmente, aos depósitos judiciais de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no montante de R\$ 506.709 (2019: R\$ 439.781), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 5.818 (2019: R\$ 5.775), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas no montante de R\$ 3.814 (2019: R\$ 2.160), outros depósitos judiciais, referentes a processos cíveis no montante de R\$ 8.762 (2019: R\$ 17.570).

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores a receber das Bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 1.244 (2019: R\$ 2.009), saques em redes credenciadas, no montante de R\$ 3.769 (2019: R\$ 3.575), recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 1.363 (2019: R\$ 52.534) e valores a receber de incentivo pelo incremento de vendas nos cartões bandeirados, no montante de R\$ 49.942 (2019: R\$ 42.143).



6. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2020				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor justo				
	Custo amortizado	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Ajuste ao valor justo
Carteira livre:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	362.176	-	357.695	357.695	(4.481)
Vinculados a garantias:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	354	-	353	353	(1)
Total	362.530	-	358.048	358.048	(4.482)

(i) As operações são classificadas como Nível 2.

Descrição	31/12/2019				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor justo				
	Custo amortizado	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Ajuste ao valor justo
Carteira livre:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	9.624	523	9.101	9.624	-
Vinculados a operações compromissadas:					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	283.490	283.488	-	283.488	(2)
Total	293.114	284.011	9.101	293.112	(2)

(i) As operações são classificadas como Nível 2.

O valor justo dos títulos registrados na categoria “disponíveis para venda” foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, e a perda não realizada para estes títulos no período foi de R\$ 4.482 (2019: R\$ 2), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 2.465 (2019: R\$ 1), líquido dos efeitos tributários.

7. Imobilizado

Descrição	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.444	5.424	1.636	66.970	510	20.311	105.295
Aquisição	1.309	138	54	13.965	21	853	16.340
Baixa	-	(98)	(1)	(284)	-	-	(383)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.753	5.464	1.689	80.651	531	21.164	121.252

Descrição	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Direito de uso de arrendamento	Total
Depreciação							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.279)	(1.294)	(1.264)	(37.134)	(244)	(2.279)	(44.494)
Despesa de depreciação	(1.179)	(642)	(138)	(10.183)	(81)	(2.406)	(14.629)
Baixa	-	55	1	241	-	-	297
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(3.458)	(1.881)	(1.401)	(47.076)	(325)	(4.685)	(58.826)
Valor contábil							
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.295	3.583	288	33.575	206	16.479	62.426
Taxas anuais de depreciação	10%	De 10% a 20%	De 10% a 20%	De 12,5% a 33,3%	20%	11%	

Descrição	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Direito de uso de arrendamento	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.674	4.688	1.502	52.744	508	-	69.116
Efeitos do IFRS 16	-	-	-	-	-	20.311	20.311
Saldos em 1º de janeiro de 2019	9.674	4.688	1.502	52.744	508	20.311	89.427
Aquisição	770	1.101	134	14.616	2	-	16.623
Baixa	-	(365)	-	(390)	-	-	(755)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.444	5.424	1.636	66.970	510	20.311	105.295
Depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(1.226)	(909)	(1.131)	(25.058)	(164)	-	(28.488)
Despesa de depreciação	(1.053)	(539)	(133)	(12.450)	(80)	(2.279)	(16.534)
Baixa	-	154	-	374	-	-	528
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(2.279)	(1.294)	(1.264)	(37.134)	(244)	(2.279)	(44.494)
Valor contábil							
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.165	4.130	372	29.836	266	18.032	60.801
Taxas anuais de depreciação	10%	De 10% a 20%	De 10% a 20%	De 12,5% a 33,3%	20%	11%	

A depreciação é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e pelo período de sete anos para o ativo de direito de uso.



8. Intangível

Descrição	Softwares e sistemas desenvolvidos	Softwares e sistemas em desenvolvimento	Direito de exclusividade	Total
Custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	215.571	13.391	825.000	1.053.962
Aquisição	15.887	27.774	-	43.661
Transferência para utilização	20.496	(20.496)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	251.954	20.669	825.000	1.097.623
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(93.730)	-	(160.539)	(254.269)
Despesa de amortização	(21.852)	-	(53.513)	(75.365)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(115.582)	-	(214.052)	(329.634)
Valor contábil				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	136.372	20.669	610.948	767.989
Taxas anuais de amortização	De 6,5% a 12,5%	0%	6,5%	

Descrição	Softwares e sistemas desenvolvidos	Softwares e sistemas em desenvolvimento	Direito de exclusividade	Total
Custo				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	177.416	17.573	825.000	1.019.989
Aquisição	11.828	22.145	-	33.973
Transferência para utilização	26.327	(26.327)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	215.571	13.391	825.000	1.053.962
Amortização				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(76.258)	-	(107.026)	(183.284)
Despesa de amortização	(17.472)	-	(53.513)	(70.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(93.730)	-	(160.539)	(254.269)
Valor contábil				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	121.841	13.391	664.461	799.693
Taxas anuais de amortização	De 6,5% a 12,5%	0%	6,5%	

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, ao desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O Direito de Exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros.

A amortização é realizada pelo método linear pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software* e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2020, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

9. Passivos financeiros

9.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R\$ 8.818 (2019: R\$ 7.415).

9.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB – Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretora, à taxa média de juros pós-fixada é de 101,00% do DI, na data-base de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Prazo de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
De 3 a 12 meses	3.361	-
De 1 a 3 anos	1.985	3.814
Total	5.346	3.814

9.3. Depósitos interfinanceiros

As captações na modalidade CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de juros de 116,75% (2019: 107,65%) do DI. As captações na modalidade DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial foram contratadas à taxa de DI + 1,00% a.a.

Prazo de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Até 3 meses	264.805	20.004
De 1 a 3 anos	50.461	-
Total	315.266	20.004

9.4. Captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2019, as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa média de juros SELIC *Over* + 0,05%, que na data-base de 31 de dezembro de 2019, era de 4,45% a.a. e estão compostas como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 360 dias)	-	281.842
Total	-	281.842

9.5. Recursos de aceites e emissão de títulos

Em 22 de outubro de 2019, o Banco concluiu a 3ª emissão de letras financeiras, no valor total de R\$ 500.000 em duas séries, sendo: 1ª série no valor de R\$ 387.500, com vencimento em 28/10/2021, à taxa de 100% do DI + 0,34% a.a., e a 2ª série no valor de R\$ 112.500, com vencimento em 30/10/2023, à taxa de 100% do DI + 0,55% a.a., ambas com pagamentos de juros semestrais.

Em 28 de dezembro de 2020, o Banco concluiu a emissão de letras financeiras garantidas, junto ao Banco Central, no valor total de R\$ 284.400, com vencimento em 17/12/2021, à taxa Selic + 0,60% a.a., com o pagamento do principal e juros na data do vencimento.

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras consolidadas, calculadas "pro rata" dia.



Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as letras financeiras estão compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2020	31/12/2019
De 3 a 12 meses	684.478	300.700
De 1 a 3 anos	388.571	790.210
De 3 a 5 anos	112.862	113.636
Total	1.185.911	1.204.546

9.6. Outros passivos financeiros

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar	5.475.694	2.362	5.478.056	4.431.762	114	4.431.876
Total	5.475.694	2.362	5.478.056	4.431.762	114	4.431.876

10. Outros passivos

10.1. Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo trata-se de Dividendos e Bonificações a pagar no montante de R\$ 99.252 (2019: R\$ 160.612).

10.2. Outras obrigações fiscais

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	3.055	-	3.055	2.855	-	2.855
Impostos e contribuições sobre salários (i)	11.840	1.629	13.469	9.767	790	10.557
PIS (i)	2.039	-	2.039	2.185	-	2.185
COFINS (i)	12.550	-	12.550	13.448	-	13.448
ISS	4.358	-	4.358	4.083	-	4.083
IRRF	704	-	704	631	-	631
Total	34.546	1.629	36.175	32.969	790	33.759

(i) Segundo as Portarias ME 139/2020 e 245/2020 e a MP 927/2020, houve uma postergação do pagamento dos tributos PIS, COFINS, INSS e FGTS. Em 31 de dezembro de 2020, não há saldos em aberto.

10.3. Outros passivos

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para despesas de pessoal	47.586	2.711	50.297	35.103	2.246	37.349
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	34.787	-	34.787	31.356	-	31.356
Obrigações por transações de pagamento (ii)	462.850	204.498	667.348	102.085	21.271	123.356
Credores diversos - País (iii)	1.087.312	27.013	1.114.325	1.243.840	209.046	1.452.886
Direito de uso	18.669	-	18.669	1.592	17.916	19.508
Total	1.651.204	234.222	1.885.426	1.413.976	250.479	1.664.455

(i) Referem-se, substancialmente, a pagamentos por serviços prestados no montante de R\$ 20.893 (2019: R\$ 16.066), incentivo de venda no montante de R\$ 6.981 (2019: R\$ 5.537).

(ii) Refere-se a repasses de valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Magazine Luiza.

(iii) Referem-se, substancialmente, a valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. no montante de R\$ 967.598 (2019: R\$ 1.305.248) e contas a pagar a fornecedores no montante de R\$ 87.619 (2019: R\$ 84.012).

11. Provisões, contingências e obrigações legais

11.1. Ativos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco não identificou ativos contingentes.

11.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.11. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

11.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões para contingências cíveis	8.725	5.892	14.617	15.564	11.555	27.119
Provisões para contingências trabalhistas	3.659	2.462	6.121	2.510	3.209	5.719
Outras provisões	249	-	249	-	-	-
Compromissos de empréstimos (i) (ii)	317.452	-	317.452	115.328	-	115.328
Total	330.085	8.354	338.439	133.402	14.764	148.166

(i) Com a aplicação do IFRS 9, o Banco passou a reconhecer uma provisão sobre os compromissos de empréstimos referentes às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacadão apresentadas nos compromissos futuros. O montante de Limite de Crédito Concedido (*Off Balance*) é de R\$ 13.580.705 (2019: R\$ 12.801.813).

(ii) O aumento no nível de provisão é consequência das atualizações nas metodologias de provisionamento e de mudanças no perfil de risco do portfólio.

11.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2020				
	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Outras provisões	Compromissos de empréstimos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	27.119	5.719	-	115.328	148.166
Constituição	25.049	4.395	249	218.469	248.162
Atualização monetária	221	416	-	-	637
Reversão	(21.381)	(2.627)	-	(16.345)	(40.353)
Realização	(16.391)	(1.782)	-	-	(18.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.617	6.121	249	317.452	338.439



Descrição	31/12/2019				Total
	Fiscais	Cíveis (i)	Trabalhistas (ii)	Compromissos de empréstimos	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	396.137	30.526	8.795	131.412	566.870
Constituição	-	25.157	10.751	35.669	71.577
Atualização monetária	-	526	(441)	-	85
Transferências - IFRIC 23 (*)	(392.791)	-	-	-	(392.791)
Reversão	(3.346)	(17.549)	(7.782)	(51.753)	(80.430)
Realização	-	(11.541)	(5.604)	-	(17.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	27.119	5.719	115.328	148.166

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas esperadas nessas ações.

(ii) Nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas esperadas nessas ações.

(*) Refere-se à transferência da contingência correspondente à majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% para a rubrica de Passivos Fiscais - Correntes, em atendimento ao IFRIC 23.

11.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões
Até 1 ano	8.725	3.659	249
De 1 a 3 anos	5.892	2.462	-
Total	14.617	6.121	249

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

11.2.4. Causas possíveis

Os valores das causas fiscais com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 3.532 (2019: R\$ 2.746).

O Banco não tem valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações Cíveis e Trabalhistas.

12. Patrimônio líquido

O Banco propôs aumento de capital de acordo com a Lei nº 6.404/76, aprovados pelos acionistas na AGO/E de 22 de maio de 2020, no montante de R\$ 600.000, mediante a utilização de saldo das reservas estatutárias. Tal aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de julho de 2020.

O valor do capital social no exercício passa de R\$ 1.142.000 para R\$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

12.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017.

⁽²⁾ As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

- 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e



- **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de Caixa livre ajustado);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	21,98

⁽¹⁾ Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019.

⁽²⁾ As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares Local* 2020 (“Plano Regular 20”)

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting*;
- **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções / ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e
- **Preço de exercício:** Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de Caixa livre ajustado);
- Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return*);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa;
- Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	76.588
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Período de exercício das opções ⁽²⁾	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	Não aplicável

⁽¹⁾ Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 novembro de 2020.

⁽²⁾ As ações serão transferidos automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	Binomial	Binomial

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: o Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: o Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade, a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)

Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas no período de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	Plano Regular 20 (*)
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2019	320.579	154.702
Opções / ações transferidas até 31 de dezembro de 2020	24.644	-
Opções / ações exercidas até 31 de dezembro de 2020	-	-
Opções / ações canceladas até 31 de dezembro de 2020	202.511	-
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	547.734	154.702

(*) Para o plano Regular 20, considera-se ações pendentes na data de outorga.

(Plano Pré-IPO)

Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os períodos de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

Descrição dos planos de remuneração de ações

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França), de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas.



Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França), de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Retorno sobre investimento e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20
Data da Outorga ⁽¹⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019
Data do <i>vesting</i> ⁽²⁾	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464
Número de ações outorgadas	26.400	11.464
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) ⁽³⁾	14,32	13,05

⁽¹⁾ Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

⁽²⁾ As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.

⁽³⁾ Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

As movimentações nas ações outorgadas são demonstradas abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2019	15.000	11.464
Opções / ações transferidas até 31 de dezembro de 2020	2.100	3.554
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2020	(7.200)	(2.469)
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2020	9.900	12.549

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseados em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 240 (2019: R\$ 121).

12.2. Reserva de lucros

Reserva de Lucros

A Reserva Legal tem por finalidade, assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízos ou aumentar capital.

Os saldos das Reservas Estatutárias visam garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% (cem por cento) do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor das reservas de lucros excedeu o capital social. O valor excedente foi deliberado na Assembleia Geral realizada em 22 de maio de 2020.

12.3. Outros resultados abrangentes

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste ao Valor Justo - TVM	(2.467)	(2)
Benefícios pós-emprego	(98)	(373)
Total	(2.565)	(375)

12.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, apurado com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP", ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal.

Descrição	31/12/2020	
	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2019 (i)	160.612	0,17779
Total de dividendos pagos	160.612	0,17779
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2020 (ii)	99.252	0,08904
Total de dividendos a pagar	99.252	0,08904

(i) Na Assembleia Geral em 22 de maio de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Em 23 de junho de 2020, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 160.612.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou o registro de R\$ 99.252 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2020, registrados no passivo circulante.

Descrição	31/12/2019	
	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2018 (i)	108.534	0,12014
Dividendos adicionais referentes a 31 de dezembro de 2018 (i)	72.356	0,08009
Total de dividendos pagos	180.890	0,20023
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2019 (ii)	160.612	0,17779
Total de dividendos a pagar	160.612	0,17779

(i) Na Assembleia Geral em 18 de abril de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 24 de junho de 2019, o Banco liquidou dividendos no montante de R\$ 180.890.

(ii) Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou o registro de R\$ 160.612 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% (trinta por cento) definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2019, registrados no passivo circulante.



13. Receitas com juros e similares

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de empréstimos	1.835.990	2.093.776
Recuperação de créditos - renegociação	139.514	131.550
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	8.797	16.493
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	6.149	169
Total	1.990.450	2.241.988

14. Despesas de juros e similares

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas de letras financeiras	(33.800)	(48.231)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(15.050)	(15.644)
Despesas de operações compromissadas	(1.810)	(12.618)
Despesas de depósitos a prazo	(134)	(93)
Total	(50.794)	(76.586)

15. Receitas de prestação de serviços

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de tarifa bancária (i)	489.593	423.109
Rendas de intercâmbio (ii)	374.614	325.550
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	173.361	165.933
Serviços prestados a ligadas (iii)	63.985	69.423
Tarifa de avaliação emergencial de crédito	55.739	72.531
Outros serviços (iv)	88.684	72.389
Total	1.245.976	1.128.935

(i) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 488.981 (2019: R\$ 420.710).

(ii) Referem-se às receitas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(iii) Referem-se às receitas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour e Cartão Atacadão, emitidos pelo Banco.

(iv) Referem-se, substancialmente, à tarifa com pacote de SMS R\$ 87.938 (2019: R\$ 72.365).

16. Despesas de pessoal

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Proventos	(135.271)	(110.051)
Encargos sociais	(41.707)	(35.479)
Benefícios	(21.760)	(16.681)
Treinamento	(855)	(1.395)
Total	(199.593)	(163.606)

17. Outras despesas administrativas

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas com serviços de terceiros (i)	(348.264)	(348.375)
Despesas de processamento de dados (ii)	(204.790)	(174.663)
Despesas de comunicações	(83.894)	(78.373)
Despesas de propaganda e publicidade	(69.654)	(71.627)
Despesas com serviços técnicos especializados (iii)	(61.821)	(63.392)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(48.605)	(51.585)
Despesas de aluguéis	(29.944)	(27.526)
Despesas com materiais	(13.473)	(12.280)
Outras	(19.278)	(22.628)
Total	(879.723)	(850.449)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R\$ 191.294 (2019: R\$ 208.968) e serviços de cobrança no montante de R\$ 153.475 (2019: R\$ 123.116).

(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.

18. Despesas tributárias

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
COFINS	(133.601)	(133.310)
ISS	(30.117)	(42.229)
PIS	(21.711)	(21.663)
Atualização de contingências de CSLL	(9.683)	(17.572)
Outras	(1.617)	(1.247)
Total	(196.729)	(216.021)

19. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Incentivo de vendas recebido das Bandeiras	65.648	42.750
Outras rendas operacionais (i)	21.194	9.439
Atualização monetária de depósitos judiciais	9.647	18.498
Varição cambial ativa	5.250	4.070
Atualização monetária de impostos a compensar	78	525
Recuperação de créditos baixados como prejuízo - cessão (ii)	75.067	-
Intercâmbio nacional e internacional (iii)	(136.405)	(111.299)
Bonificações	(54.338)	(32.851)
Despesas com fraudes	(12.321)	(9.520)
Outras (iv)	(41.948)	(22.729)
Total	(68.128)	(101.117)

(i) Referem-se, substancialmente, à participação nos lucros com venda de seguros no montante de R\$ 13.554 (2019: R\$ 4.149), receita com descontos obtidos no montante de R\$ 1.215 (2019: R\$ 1.027).

(ii) Em 2020, foi realizado uma cessão da carteira em prejuízo, impactando o resultado em R\$ 75.067.

(iii) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

(iv) Referem-se, substancialmente, a perdas operacionais no montante de R\$ 10.646 (2019: R\$ 7.224), provisão para crédito em confiança no montante de R\$ 15.683 (2019: R\$ 2.013), incentivo de vendas no montante de R\$ 6.981 (2019: R\$ 4.909), e variação cambial passiva no montante de R\$ 3.207 (2019: R\$ 1.790).



20. Imposto de renda e contribuição social

20.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	586.107	982.266
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(263.748)	(392.906)
Ajustes:		
Constituição de IR / CS sobre diferenças temporárias	(215)	(64)
Provisão riscos fiscais - CSLL Adicional 5%	11.296	26.524
Tributos de exercícios anteriores	475	8.533
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Outras despesas indedutíveis	12.319	12.593
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	6.137	6.396
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	24
Total	(233.712)	(338.900)

20.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	586.107	982.266
Imposto de renda e contribuição social	233.712	338.900
Alíquota efetiva	39,88%	34,50%

20.3. Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Descrição	31/12/2020					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2020
Refletido no Resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (ii)	102.941	3.226	106.167	78.541	6.393	84.934
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	6.945	1.850	8.795	5.401	1.634	7.035
Provisão para contingências tributárias	33.718	2.523	36.241	26.974	2.019	28.993
Provisão para perdas operacionais	1.650	3.566	5.216	1.265	2.908	4.173
Provisão para contingências cíveis	6.779	(3.125)	3.654	5.294	(2.371)	2.923
Provisão para contingências trabalhistas	1.430	100	1.530	1.123	101	1.224
Saldo de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	246	506	752	88	183	271
Refletido no Patrimônio Líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	2	1.119	1.121	2	894	896
Total	153.711	9.765	163.476	118.688	11.761	130.449

Descrição	31/12/2019					
	IR			CS		
	Saldo em 31/12/2018	Constituição/ (Realização) (i)	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2019
Refletido no Resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos (ii)	110.204	(7.263)	102.941	66.122	12.419	78.541
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	7.740	(795)	6.945	4.644	757	5.401
Provisão para contingências tributárias	30.161	3.557	33.718	18.097	8.877	26.974
Provisão para perdas operacionais	1.017	633	1.650	610	655	1.265
Provisão para contingências cíveis	7.631	(852)	6.779	4.579	715	5.294
Provisão para contingências trabalhistas	2.199	(769)	1.430	1.319	(196)	1.123
Saldo de Prejuízo Fiscal (IRPJ) e Base Negativa (CSLL)	-	246	246	-	88	88
Refletido no Patrimônio Líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	4	(2)	2	3	(1)	2
Total	158.956	(5.245)	153.711	95.374	23.314	118.688

(i) O saldo dos créditos tributários contempla sua reavaliação anual e os efeitos ocasionados pela PEC 103/2019 na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

(ii) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

20.4. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CSLL - Adicional 6% (*)	-	-	-	-	466.064	466.064
Imposto de renda e contribuição social a pagar	560.559	-	560.559	156.908	-	156.908
Total	560.559	-	560.559	156.908	466.064	622.972

(*) Refere-se à transferência da contingência correspondente à majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% para a rubrica de Passivos Fiscais - Correntes, em atendimento ao IFRIC 23.



21. Transações entre partes relacionadas

21.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao IAS 24.

Em 31 de dezembro de 2020, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- BSF Holding S.A., controladora direta do Banco;
- Carrefour Comércio e Indústria Ltda., controlador indireto do Banco;
- Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., empresas ligadas;
- Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A., outras partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as operações com tais partes relacionadas caracterizam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo)		Receitas/ (Despesas)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Nota de crédito	16	70	-	2.149
Desconto de campanhas	841	22.052	-	-
Valores a receber (i)	43.479	34.995	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	290	218	-	-
Valores a receber - Ecommerce	13	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	3.755	3.811	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(13.660)	(15.817)	(109.352)	(128.157)
Repasses de valores e comissões (iii)	(536.801)	(76.476)	41.525	43.899
Aluguéis a pagar	(710)	(634)	(11.513)	(10.469)
Despesas administrativas (iv)	-	-	274	(885)
Outras despesas operacionais	-	-	(8.750)	(5.533)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber (i)	1.234	977	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(371)	(337)	(3.943)	(4.164)
Repasses de valores e comissões (iii)	(13.797)	(1.448)	1.022	1.150
Atacadão S.A.				
Desconto de campanhas	933	-	-	-
Valores a receber (i)	39.436	49.650	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	3.374	3.155	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(6.916)	(6.257)	(84.802)	(79.298)
Repasses de valores e comissões (iii)	(68.437)	(41.732)	21.427	24.373
Aluguéis a pagar	(522)	(470)	(8.368)	(7.226)
Direito de exclusividade	610.948	664.461	(53.511)	(53.513)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	-	-	(3.492)	(13.030)
Operações compromissadas	-	-	(200)	(1.441)
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.				
Certificado de depósito bancário	(2.147)	(2.089)	(66)	(8)
BSF Holding S.A.				
Dividendos a pagar	(99.252)	(160.612)	-	-
Empréstimos a pagar	(3.358)	(1.081)	(138)	(33)
Certificado de depósito bancário	(1.585)	-	(38)	-
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - comissões	-	-	98	19

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour e Atacadão.

(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Atacadão S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

(iv) Refere-se à reversão de despesa administrativa.

21.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	10.611	8.708
Pagamento baseado em instrumento de capital	3.353	2.694
Contribuição aos planos de aposentadoria	191	180
Total	14.155	11.582

22. Benefícios a empregados

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição definida, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante dessa contribuição foi de R\$ 2.388 (2019: R\$ 2.259) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal". O Banco elaborou estudo atuarial sobre a aplicação do IAS 19 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R\$ 475 (2019: R\$ 707).

23. Valor justo dos ativos e passivos

23.1. Instrumentos financeiros mensurado ao valor justo

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor justo	Nível 2	Valor justo	Nível 2
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	358.048	358.048	293.112	293.112
Títulos públicos	358.048	358.048	293.112	293.112

Nível 2: Para os Títulos Públicos, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.



23.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Descrição	31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa (a)	495.148	495.148	495.148	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado (b)	10.575.436	10.579.976	701.705	9.878.271
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	6.993.397	6.975.660	6.975.660	-
Depósitos (c)	329.430	316.668	316.668	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.185.911	1.180.936	1.180.936	-
Outros passivos financeiros (a)	5.478.056	5.478.056	5.478.056	-
Outros passivos (d)	2.020.912	2.020.912	2.020.912	-

Descrição	31/12/2019			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.523	4.523	4.523	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado (b)	9.564.214	9.568.010	697.353	8.870.657
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	5.949.497	5.934.065	5.934.065	-
Captações no mercado aberto (a)	281.842	281.842	281.842	-
Depósitos (c)	31.233	31.233	31.233	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (c)	1.204.546	1.189.114	1.189.114	-
Outros passivos financeiros (a)	4.431.876	4.431.876	4.431.876	-
Outros passivos (d)	1.861.632	1.861.632	1.861.632	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Caixa e equivalentes de caixa, captações no mercado aberto e outros passivos financeiros - Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

b) Ativos financeiros ao custo amortizado

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap DI Pré*. Trazida a valor presente pela taxa *DI Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do CSF informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap DI Pré*. Trazida a valor presente pela taxa *DI Over*. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco CSF considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

c) Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos - O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

d) Outros passivos - O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

24. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito e operacional

O Banco atua com uma estrutura segregada e independente das demais atividades do negócio para a atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital, buscando assegurar que os riscos incorridos sejam mitigados e administrados de acordo com os limites estabelecidos.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos) e Comitê de Riscos que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, está estruturada a área de Riscos, responsável pelo gerenciamento integrado dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional e gestão do capital. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

24.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- I. a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazos, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.



Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO. O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL). Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecendo um retorno satisfatório. As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

31/12/2020						
Ativos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Aplicações em operações compromissadas	487.380	487.380	-	-	-	487.380
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	358.048	-	-	-	358.048	358.048
Operações de crédito	13.534.506	10.082.739	2.915.018	536.708	41	13.534.506
(-) Provisão para perda esperada	(3.660.775)	(3.364.352)	(216.640)	(79.780)	(2)	(3.660.775)
Total	10.719.159	7.205.767	2.698.378	456.928	358.086	10.719.159

31/12/2020						
Passivos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Depósitos	329.430	273.623	3.361	52.446	-	329.430
Recursos de aceites e emissão de títulos (i)	1.185.911	-	684.478	388.571	112.862	1.185.911
Outros passivos financeiros	5.478.056	4.398.895	1.076.799	2.362	-	5.478.056
Total	6.993.397	4.672.518	1.764.638	443.379	112.862	6.993.397

(i) Os vencimentos e as rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 9.5.

31/12/2019						
Ativos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	293.112	-	240.808	-	52.304	293.112
Operações de crédito	11.570.282	8.461.851	2.595.128	513.286	17	11.570.282
(-) Provisão para perda esperada	(2.703.421)	(2.385.956)	(244.249)	(73.215)	(1)	(2.703.421)
Total	9.159.973	6.075.895	2.591.687	440.071	52.319	9.159.973

31/12/2019						
Passivos	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Captações no mercado aberto (i)	281.842	281.842	-	-	-	281.842
Depósitos	31.233	27.419	-	3.814	-	31.233
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	1.204.546	-	300.700	790.210	113.636	1.204.546
Outros passivos financeiros	4.431.876	3.618.207	813.554	115	-	4.431.876
Total	5.667.655	3.645.626	1.114.254	794.139	113.636	5.667.655

(i) Os vencimentos e as rentabilidades das captações estão detalhados na nota 9.4.

(ii) Os vencimentos e as rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 9.5.

24.2. Risco de mercado

Risco de mercado e risco de taxas de juros da Carteira *Banking* (IRRBB - Risco de mercado) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Para estas possibilidades, temos duas subdefinições:

- I. o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e
- II. o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são negociadas exclusivamente na carteira de não negociação.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2040, que compõe o "Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM)", em cumprimento às exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 e da Circular BACEN nº 3.687/13.

24.2.1. Análise de sensibilidade

Atualmente, o Banco CSF atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de cartões de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia reflete em uma posição patrimonial de ativos e passivos com menor exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2020 foram analisados considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco e, constantemente negociados, sem variações relevantes dos valores de mercado e as taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de risco cambial.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde ao recebível montante das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixados, entretanto a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seriam refletidas apenas em posições futuras.



24.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour e Atacadão. Os principais riscos de crédito incorridos pela Instituição estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão de portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito e ao ALCO indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance de carteira e o cálculo da parcela de exposições sujeitas ao risco de crédito.

A exposição estimada do Banco ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Provisão para perda esperada (%)	Operações de crédito	Provisão para perda esperada	Provisão para perda esperada (%)
Operações de crédito	7.852.366	(366.667)	-4,7%	6.541.094	(371.988)	-5,7%
Limite de crédito	11.066.862	(261.630)	-2,4%	9.569.332	(87.582)	-0,9%
Estágio 1	18.919.228	(628.297)	-3,3%	16.110.426	(459.570)	-2,9%
Operações de crédito	1.911.967	(268.685)	-14,1%	2.329.950	(397.566)	-17,1%
Limite de crédito	2.513.843	(55.822)	-2,2%	3.232.481	(27.746)	-0,9%
Estágio 2	4.425.810	(324.507)	-7,3%	5.562.431	(425.312)	-7,6%
Operações de crédito	3.770.173	(3.025.423)	-80,2%	2.699.238	(1.933.867)	-71,6%
Estágio 3	3.770.173	(3.025.423)	-80,2%	2.699.238	(1.933.867)	-71,6%

A provisão sobre os compromissos contingentes (linhas de crédito dadas aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 11.2.2.

Os maiores detalhes das operações de crédito é apresentado na nota 5.

No que diz respeito ao risco de crédito relativos à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil.

24.4. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas de mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- I. Fraude interna;
- II. Fraude externa;
- III. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- IV. Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
- V. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- VI. Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- VII. Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
- VIII. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo Banco Central do Brasil, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco se estrutura em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração. Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais ressaltamos:

- I. Mapeamento de riscos e controles;
- II. Base de perdas operacionais;
- III. Execução de testes;
- IV. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
- V. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

24.5. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

- I. Base de reclamações por jornada de cliente;
- II. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- III. Modelagem das informações para perda esperada; e
- IV. Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle, avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).



24.6. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

- I. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- II. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- III. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de três anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao Comitê de Riscos as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima bimestral.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

Este gerenciamento é realizado por meio do índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2020 é de 8%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do Banco Central do Brasil.

Patrimônio de Referência	31/12/2020	31/12/2019
Nível I	2.049.057	1.769.885
Capital principal	2.817.046	2.569.578
Ajuste prudencial	(767.989)	(799.693)
Total	2.049.057	1.769.885
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWACPAD - Risco de crédito	12.050.055	11.290.835
RWAMPAD - Risco de mercado	11.101	8.965
RWAOPAD - Risco operacional	944.031	810.914
Total	13.005.187	12.110.714
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.040.415	968.857
Folga em relação ao PR mínimo requerido	1.008.642	801.027
Índice de Basileia	15,8%	14,6%

O índice de Basileia de 31 de dezembro de 2020 cresce em relação ao exercício anterior. Observa-se que além do crescimento orgânico do patrimônio de referência, há uma queda nos ativos ponderados pelo risco, em particular no RWACpad (Risco de Crédito). Essa queda é devida à restrição recente da oferta de crédito e dos aumentos de limites, como medida mitigatória em relação aos impactos da atual pandemia. O nível de solvência da Instituição permanece acima do mínimo exigido pelo regulador local (8%), em aderência à Resolução CMN nº 4.193/13.

25. Outras informações

25.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Passivo	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.534	1.142.000	914.288	2.164.822
Recursos provenientes da destinação do resultado	160.612	-	482.754	643.366
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(108.534)	-	(72.356)	(180.890)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	160.612	1.142.000	1.324.686	2.627.298
Aumento de capital social	-	600.000	(600.000)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado	99.252	-	253.143	352.395
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos pagos	(160.612)	-	-	(160.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.252	1.742.000	977.829	2.819.081

26. Informações suplementares

O governo brasileiro tem adotado medidas para combater os impactos da COVID-19 nas operações de crédito, captação de recursos e temas relativos ao capital. Com intuito de garantir a continuidade dos negócios, o Banco CSF instituiu o Comitê de Gestão de Crise para alinhamento das ações a serem adotadas relacionadas aos pilares: Crédito & Cobrança, Clientes, Liquidez & Capital e Operações & Pessoas, com o objetivo de minimizar os impactos financeiros na experiência do cliente. O Banco mantém suas atividades operacionais, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Durante o exercício de 2020, o Banco CSF, identificou: (i) diminuição inicial de vendas *off-us* (utilização dos cartões de crédito em rede aberta); (ii) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (iii) aumento inicial de inadimplência, seguido de redução de novos atrasos e aumento nas renegociações de dívidas antigas; (iv) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa; e (v) impactos na precificação de suas captações, devido à alta volatilidade nos mercados. Após impactos negativos da crise, foi identificado, no último trimestre de 2020, a retomada no volume de vendas e no *ticket* médio e, por consequência, o crescimento sustentável da Carteira de Crédito com melhora na performance, queda na inadimplência e o retorno gradual no Lucro Líquido.

Os impactos da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis estão refletidos nas notas: 5. Ativos financeiros ao custo amortizado, 9. Passivos Financeiros, 13. Receitas com Juros e Similares e 23. Valor justo dos ativos e passivos. Mais informações sobre as ações realizadas estão disponíveis no Relatório de Administração.



A DIRETORIA

Diretor-presidente

Carlos Eduardo Carvalho Mauad

Diretor Financeiro

Laércio Schulze de Sousa

Diretor de Negócios

André Luiz Morais Tonelini

Diretor de Tecnologia da Informação & Operações (*)

Aydes Batista Marques Junior

Diretor de Gerenciamento de Riscos

Roberto Sadami Ikegami

Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

Luiz Gustavo Vargas Souto

Contadora

Valéria Dias Prates

CRC nº 1SP239180/O-8

(*) Em processo de aprovação pelo Banco Central do Brasil.

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50
Av. Dr. Chucri Zaidan, 296
19º e 20º andar - Vila Cordeiro
Torre Z - São Paulo / SP